

Tese de doutorado¹

SILVA, Sandra R. V.² **A centralidade da questão racial nas lutas de classes no Brasil**: um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização. 2024. 346f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2024.

Resumo expandido

O trabalho é resultado da pesquisa realizada no doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tendo como objetivo estudar a confluência entre racismo, capitalismo e lutas de classes no Brasil, buscou desvelar as determinações que impuseram a emergência e centralidade da questão racial, entre os períodos da ditadura-civil militar e empresarial até a redemocratização brasileira.

Referenciada no materialismo histórico-dialético como método de pesquisa, a proposta de tese está estruturada em 4 (quatro) capítulos que partiram da compreensão de que é possível através da teoria social crítica, sobretudo através dos estudos marxiano e marxista, compreender a realidade brasileira e a particularidade de sua formação social, com base na análise das categorias raça e racismo como elementos centrais, fundantes e norteadores da pesquisa.

Essa perspectiva buscou, por um lado, responder aos limites colocados em torno da temática “marxismo e questão racial”, ora apontada como passível de referencial teórico insuficiente e fadado ao “eurocentrismo” e “ocidentalismo”, ora apontada como campo “identitário” e “fragmentador da luta de classes”, especialmente por suas experiências atravessadas pela estética, cultura e política. Embora a tese não tenha se dedicado diretamente a um embate com tais categorias

¹Resumo Expandido recebido em 17/02/2025. Aprovada pelos editores em 08/03/2025. Publicado em 09/04/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.66647>.

²Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Email: sandrvaz@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5882497845485160>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2218-7318>.

(identitarismo e eurocentrismo), a análise empreendida no decorrer desta produção procura demonstrar os limites e equívocos em torno de tais interpretações, quando relacionadas à confluência entre raça e classe social e interpretadas a partir da teoria social crítica marxista e marxiana, mas sem desconsiderar as contradições em torno dessa relação.

O percurso metodológico se orientou através de pesquisa empírica, qualitativa e quantitativa, que partiu de análise bibliográfica, análise de dados e documentos consultados nos seguintes acervos: Memórias Reveladas (Arquivo Nacional), que apresentou relatórios e documentos sobre o movimento negro e a questão racial, elaborados pelos serviços de espionagem do regime militar; Arquivo Edgard Lauenroth (AEL/Unicamp), que disponibilizou consulta aos documentos sobre o movimento negro entre os anos 1960 e 1980; Acervo histórico do Centro Sérgio Buarque de Holanda (Fundação Perseu Abramo), para compreender o antirracismo nos períodos iniciais de emergência do Partido dos Trabalhadores (PT); a coluna Afro-Latino-América do jornal *Versus* (1975-1979), que apresentou o caráter teórico-político do movimento negro no período.

Foi possível evidenciar através de documentos e relatórios elaborados por todo o período, que os órgãos oficiais de vigilância para o controle e repressão no regime militar, como o Sistema Nacional de Informação (SNI), estiveram atentos as lutas negras no Brasil, pois acreditavam estar em curso uma revolta propagada pela cultura negra que acabaria com a harmonia racial do país, e poderia incitar a luta de classes.

Intitulado “Racismo Negro no Brasil”, esse foi um dos documentos compilados pelo SNI, que partia de relatórios produzidos por suas agências regionais sob o mesmo título, e apresenta cerca de 400 páginas.

Também, o arquivo Edgard Lauenroth (AEL) da Unicamp, subsidiou a presente pesquisa, por meio de um acervo de documentos históricos que tratou da emergência e dos anos iniciais do Movimento Negro Unificado (MNU), que fora denominado inicialmente por Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Foi possível analisar os primeiros documentos programáticos, suas posições teórico-políticas e pautas centrais no processo de redemocratização do Brasil.

Já o acervo histórico do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, possibilitou compreender a trajetória do PT – sobretudo até a década de 1990, e a incorporação do debate racial e seus desdobramentos nas décadas posteriores, evidenciando o processo de institucionalização do antirracismo, a vasta mobilização da militância negra no ano do centenário da abolição, a questão racial mediante as mudanças em torno da linha política do PT, algumas polêmicas e rupturas de quadros importantes do movimento negro com o partido.

O PT foi a aposta e a saída defendida pelas organizações políticas, movimentos sociais, sindicais e populares na redemocratização brasileira, que culminou numa luta por direitos sociais e cidadania. Nesse período, a questão democrática esteve no centro dos debates.

A questão democrática é uma pauta fundamental para a população negra no Brasil e, por isso, foi necessária uma compreensão especial em torno deste debate. Para isso, a tese partiu da particularidade da formação social brasileira até o processo de redemocratização, de modo a compreender essa trajetória histórica, acompanhada pela trajetória do movimento negro e suas principais reivindicações na realidade brasileira.

Por fim, a análise documental da edição fac-similar da coluna Afro-Latino-América (1977-1979) do jornal *Versus* (1975-1979), disponível na biblioteca digital da Fundação Perseu Abramo, revelou a tônica da proposta desse estudo, que possibilitou conhecer o diálogo e a aproximação de setores do movimento negro com as organizações de esquerda no período. Uma articulação que resultou no adensamento teórico e político sobre raça, classe e revolução no Brasil, que, partindo de fatores internos e externos, levou a setores da militância negra a uma radicalidade, possibilitando um salto político qualitativo em torno do antirracismo no Brasil, seu espalhamento na sociedade, conformação de uma agenda política institucional em âmbito nacional, produções intelectuais significativas em torno das categorias raça e racismo, que na atualidade são conhecidas como “racismo estrutural”. A experiência do Núcleo Negro Socialista que integrou a Convergência Socialista, através da Coluna Afro-Latino-América do jornal *Versus* (1975-1979), demonstra a sintonia e alinhamento com intelectuais negros marxistas e/ou que se inspiraram no marxismo e estiveram envolvidos com as lutas

anticoloniais, sobretudo do continente africano, além da luta por direitos-civis e latino-americana.

Embora a presente tese não apresente um ineditismo com relação a temática, é preciso evidenciar que poucas são as interpretações que partem de uma perspectiva orientada pela teoria social crítica, ou estabeleçam algumas aproximações, e não caiam em um reducionismo ou até mesmo antimarxismo, que buscam ocultar e/ou negar o acervo e contribuição desta perspectiva sem deixar as polêmicas e contradições de fora desta análise. Essas são algumas tendências atuais, algumas delas utilizadas como referências na tese, que procurou estabelecer mediações e absorções sobre as suas contribuições ao objeto de estudo. É possível afirmar que, no bojo do ciclo ditatorial, inúmeros foram os vetores de caráter universal e particular que contribuíram na formação e florescimento de uma cultura predominantemente de esquerda a partir dos anos 1960, que, em meio a derrotas e ascensos, protagonizaram a luta de classes e fizeram girar a roda da história.

Enquanto os países de hegemonia capitalista transitavam entre a expansão e a crise do capitalismo tardio (MANDEL, 1982) – resultando numa “explosão contestatória” nas diferentes vertentes da vida cultural, política e acadêmica, que levou ao protagonismo da juventude universitária, e, posteriormente das camadas de trabalhadoras/es, mulheres, LGBTQIAP+, negras/os, imigrantes e afins –, a América Latina se inspirava na revolução continental a partir da tática do foquismo revolucionário³. E como observou Paulo Netto (2014): “Como o mundo, a América Latina se movia, e nela, também o Brasil” (p. 113). Nessa conjuntura, o antirracismo adquiriu capilaridade, motivado pelo ideário da negritude francófona e sua

³ Da revolução cultural Chinesa emergia uma aspiração sobre a potência revolucionária do campesinato, compreendendo-o como uma força à guerra popular que derrubaria as muralhas das cidades, vistas como a sede do opressor. E foi com as elaborações teóricas de Ernesto Che Guevara e Régis Debray que o Brasil toma conhecimento sobre a teoria do foco, sobretudo pela experiência da Revolução Cubana. De acordo com Gorender (1987), essa teoria apontava para a existência de condições objetivas para a revolução nos países latino-americanos. E, por ser uma revolução continental, Guevara compreendia que a revolução latino-americana deveria estar acima das diferenças nacionais secundárias e em linha reta, socialista. No caso das condições subjetivas, ou seja, a condição das forças sociais para se fazer a revolução, estas deveriam ocorrer pela ação de um foco guerrilheiro. Com tática e treinamento de guerrilha, o foco se caracterizava por homens que atuavam entre os camponeses em regiões que tinham possibilidades naturais de defesa contra os ataques do Exército. Posteriormente as colunas guerrilheiras se deslocavam para outras regiões e se juntavam ao exército rebelde para derrotar o inimigo. Assim, numa crítica ao burocratismo e a corrupção, misturada a ideia prioritária do fator militar sobre o político, o foco guerrilheiro tinha a iniciativa de instituir a luta, ficando o processo revolucionário em torno desta iniciativa e subordinado à dinâmica da guerrilha rural, ou seja, “desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário” (GORENDER, 1987, p. 81).

receptividade no Brasil, os ventos revolucionários “terceiro-mundistas”⁴, a radicalidade pan-africanista, as experiências do Partido dos Panteras Negras para a Autodefesa (*Black Panther Party — BPP*) e ampliação do trotskismo no mundo e seu estreitamento com a “questão negra”, especialmente sob a influência de C. L. R. James (1901-1989). Esses foram alguns dos elementos externos da formação e do florescimento de uma cultura predominantemente de esquerda no Brasil, gestado durante, e, muito tempo antes de seu espraiamento pelo mundo, especialmente através do movimento comunista e das formulações de Lênin na III Internacional Comunista (1919-1943), que apresentou uma tese sobre a “questão negra” e o direito de autodeterminação dos povos oprimidos.

Com base em tais premissas, foi possível verificar que as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram cruciais para o aprofundamento do modo de produção capitalista brasileiro e seu caráter dependente, cuja vinculação da noção de raça e racismo tiveram vários desdobramentos no contexto contemporâneo.

As respostas em torno das contradições postas pelo “milagre econômico brasileiro” possibilitaram evidenciar as tendências teórico-políticas contemporâneas, mas também identificar que, no contexto de lutas e rebeldias, a classe trabalhadora se levantou em sua concretude, nos diferentes grupos, gerações, gênero, raça-etnia, território e formas heterogêneas de organização, a partir de uma cultura predominantemente de esquerda.

A antidemocracia, o terrorismo do estado e a crise do “milagre econômico” brasileiro forjaram a organização dos movimentos populares numa luta em torno da questão democrática e dos direitos sociais, seja através das associações de bairros, da luta por transporte, saneamento básico, emprego e cultura, seja através dos movimentos sociais organizados, como o movimento negro, cujas reivindicações perpassavam pelo mesmo horizonte, além do antirracismo.

Por fim, a tese procura demonstrar a atualidade do marxismo e a necessidade de reafirmação dos clássicos da teoria social crítica de Marx, enquanto perspectiva teórica e de luta frente aos modismos acadêmicos e perspectivas liberais que permeiam as lutas sociais contemporâneas.

⁴ O “Terceiro Mundo” era considerado um bloco intermediário entre os países de “primeiro mundo”, composto por países ricos e altamente industrializados, como EUA, Inglaterra, França Alemanha e Japão, e o bloco do “segundo mundo” formado pelos países socialistas, liderados pela URSS. Este bloco intermediário foi composto por Brasil e países recém-saídos da dominação colonial como Índia e China, além de Argélia, Egito, Gana, Senegal entre outros países africanos.

Referências

GORENDER, J. **Combate nas trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PAULO NETTO, J. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.